

Dossiê Ensino de Sociologia

O Ensino da Sociologia no Brasil: *Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares*

Marcelo Pinheiro Cigales¹

RESUMO

A história do ensino da sociologia ainda desperta pouca atenção dos sociólogos e historiadores no Brasil, visto a pequena produção de dissertações e teses do tema nos Programas de Pós-graduação do país. Porém na Europa já existe uma preocupação que é cada vez mais crescente entre os professores de conhecer a trajetória histórica de suas disciplinas. Justamente com essa preocupação que se desenvolveu a História das Disciplinas Escolares - HDE. Conforme Jean-Claude Forquim a HDE tem entre seus objetivos contribuir para desnaturalizar a percepção de que "tudo sempre foi assim", mostrando que nas disciplinas escolares, os conteúdos, programas, livros e perfil dos docentes, estão vinculados de um lado, na configuração de um campo escolar específico e de outro, na configuração de um campo social caracterizado pela coexistência de grupos sociais com interesses divergentes e com postulações ideológicas e culturais heterogêneas, para os quais a escolarização constitui um trunfo social, político e simbólico. Partindo dessa visão, este artigo busca compreender algumas características da formação da disciplina de sociologia no Brasil. A metodologia está baseada na revisão bibliográfica sobre o tema. Entre os principais resultados podemos considerar que a disciplina de sociologia teve início ainda no século XIX, no entanto, seu estudo sistematizado e corporificado em disciplina escolar deu-se a partir do final da década de 1920, quando foi introduzida no currículo do ensino secundário. Desde então houve uma maior produção de livros didáticos tanto por intelectuais ligados a Igreja Católica como Alceu Amoroso Lima quanto pelos representantes da Escola Nova, com destaque para Fernando de Azevedo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Sociologia. História das Disciplinas Escolares. Escolanovismo. Igreja Católica.

The Teaching of Sociology in Brazil² *An analysis from the perspective of the history of school subjects*

ABSTRACT

The history of the teaching of sociology still attracts little attention from sociologists and historians in Brazil, considering the low production of thesis and dissertations on this theme in the country's Graduate programs. However, an increasing concern can be seen in the European scenery regarding teachers' interest to know the historical development of their subjects, and it is precisely this interest that has caused the History of School Subjects to be established. According to Jean-Claude

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Atualmente está realizando mestrado em Educação nesta mesma instituição, pesquisando sobre a institucionalização do ensino da Sociologia no Brasil.

² Agradeço a Márcia Morales Klee, pela tradução deste resumo.

Forquim, the History of School Subjects aims to contribute, among other things, to denature the perception that “things have always been that way”. On the one hand, it shows that the contents, syllabus, text books and teachers’ profile of a school subject are associated to the setting of a specific school field, and, on the other, to the setting of a social field characterized by the coexistence of social groups with divergent interests and heterogeneous, cultural and ideological postulations, and for whom schooling means a social, political and symbolic triumph. From this view, this article seeks to understand some of the characteristics that came to establish Sociology as a discipline in Brazil. The methodology is based on literature review on the theme. Among the main results, one can consider that the discipline of sociology began in the nineteenth century, but its systematic and embodied study as a school subject only took place from the end of the 1920’s on, when it was introduced in the secondary school curriculum. Since then, there has been a larger production of textbooks both by scholars from the Catholic Church, such as Alceu Amoroso Lima, and representatives of the Progressive Education, notably Fernando de Azevedo.

KEYWORDS: Sociology teaching. History of school subjects. Progressivism. Catholic Church.

1. Introdução

Descrever a trajetória histórica de uma disciplina no Brasil constitui-se tarefa árdua, ainda mais se tratando da sociologia, disciplina que ficou marcada pela presença e ausência da obrigatoriedade no currículo escolar. Visto a impossibilidade de envolver a totalidade dos acontecimentos, o que seria utópico, se pretende neste artigo apresentar alguns fatos históricos que influenciaram o processo de institucionalização da disciplina no país.

Busca-se compreender este fenômeno a partir da História das Disciplinas Escolares- HDE, campo de pesquisa preocupado com o processo de formação, seleção e institucionalização das disciplinas no âmbito educacional. Tais estudos aparecem segundo Bittencourt (2003, p. 15), em diferentes países quase que simultaneamente, com objetivo de “identificar a gênese e os diferentes momentos históricos, visando perceber a sua dinâmica, as continuidades e descontinuidades no processo de escolarização.”.

Conforme Cassab (2010), nos anos 1980, pesquisas no campo da Nova Sociologia Educacional desdobraram-se em três vertentes principais.

A primeira voltou-se para o estudo do chamado currículo em ação ou ativo em oposição ao currículo escrito ou pré-ativo; a segunda preocupou-se em investigar o chamado currículo oculto, enfatizando a análise das relações sociais da escola, a organização do espaço escolar, seus rituais, regras, regulamentos e normas [...] já a última vertente interessada na investigação do processo de constituição do conhecimento escolar, investe em uma perspectiva histórica, o que dá origem a um novo campo de estudos no âmbito da história da educação: a história das disciplinas escolares (CASSAB, 2010, p. 230).

Para Junior e Galvão (2005, p. 393), nesse campo é possível captar elementos que “em um conflituoso percurso de conquista de legitimidade de uma ou outra disciplina curricular, mostrem a conquista de um estatuto, a briga por recursos, as delimitações territoriais no interior do currículo escolar, os espaços nos horários, etc”.

Já Viñao (2008, p. 192) salienta a importância de pensarmos sobre as disciplinas escolares para além de seus conteúdos, visto que não se reduziria somente a isso. Deve-se presumir “contra a ideia de que é possível fazer a história de uma disciplina sem analisar seus livros de texto e o material empregado em seu ensino.”

Portanto, trabalhar na perspectiva da História das Disciplinas Escolares constitui-se,

[...] próprio de uma reflexão sociológica ou histórica sobre os saberes escolares é contribuir para dissolver esta percepção natural das coisas, ao mostrar como os conteúdos e os modos de programação didática dos saberes escolares se inscrevem, de um lado, na configuração de um campo escolar caracterizado pela existência de imperativos funcionais específicos (conflitos de interesses corporativos, disputas de fronteiras entre as disciplinas, lutas pela conquista ou autonomia ou da hegemonia no que concerne ao controle do currículo), de outro lado na configuração de um campo social caracterizado pela coexistência de grupos sociais com interesses divergentes e com postulações ideológicas e culturais heterogêneas, para os quais a escolarização constitui um triunfo social, político e simbólico (FORQUIN, 1992, p. 43- 44).

A partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 autores como André Chervel e Dominique Julia na França, e Ivor Goodson na Inglaterra, publicaram trabalhos relacionados à HDE em seus países. Alguns desses trabalhos foram editados por Tomaz Tadeu da Silva na revista *Teoria & Educação* de Porto Alegre, publicados pela Editora Pannônica³.

Um dos artigos mais conhecidos é o de André Chervel, também traduzido para o espanhol e publicado na *Revista Educación* com o nome de “Historia de las disciplinas escolares; Reflexiones sobre un campo de investigación” em 1991⁴. Nesse artigo, Chervel é pioneiro ao abordar a história das disciplinas escolares como um novo campo de pesquisa.

³ A Revista *Teoria & Educação* teve vida curta, sendo editada entre 1990 à 1992. Em seus números, foram traduzidos diversos textos que abordam a História das Disciplinas Escolares, Currículo e Formação Docente. Autores como Mariano Enguita, André Chervel, Jean-Claude Forquim e Ivor Goodson tiveram seus textos traduzidos para a língua portuguesa.

⁴ Artigo originalmente publicado sob o título “L’histoire des disciplines scolaires. Réflexions sur un domaine de recherche” na *Revista Histoire de l’éducation*, nº 38, maio de 1988, p. 59-119.

Já no início do artigo o autor aponta que, “más recientemente, se há ido manifestando entre los enseñantes una tendencia en favor de la historia de su propia disciplina” (CHERVEL, 1991, p. 59). Entre os principais questionamentos, Chervel traz para a discussão desse novo campo de pesquisa: a importância do historiador de conceituar o termo disciplina na medida em que vai realizando sua pesquisa. Para ele, o termo “disciplina” com o significado que conhecemos hoje é muito recente, tendo sido estabelecido após a Primeira Guerra Mundial. “Disciplina” para Chervel também significa, “moldar corpos e mentes” em busca de um conhecimento desejado, de um “habitus” pretendido.

Em sentido geral os principais questionamentos de Chervel estão envolvidos no processo de criação e funcionamento das disciplinas escolares.

¿tiene algún sentido la noción de historia de las disciplinas escolares? ¿Presenta analogías o nexos comunes la historia de las diferentes disciplinas? ¿Permite la observación histórica extraer normas de funcionamiento o incluso uno o varios modelos disciplinarios ideales, cuyo conocimiento y aplicación podrían ser de alguna utilidad en los debates pedagógicos presentes y futuros? (CHERVEL, 1991, p. 59).

No mesmo sentido aos questionamentos de Chervel, ganharam destaque os conceitos de “campo profissional” e “*habitus*” de Bourdieu na análise das disciplinas escolares. O primeiro se refere ao estudo das comunidades disciplinares e de profissionais docentes, a sua organização em corpos normatizados e hierarquizados em diferentes categorias e tarefas. O segundo aos processos de interiorização – frequentemente inconscientes – por que integram um campo disciplinar, das tradições e rotinas socialmente constituídas como algo natural e inquestionável (VIÑAO, 2008, p. 196).

Dessa forma tais conceitos vêm ao encontro da compreensão de que o processo de institucionalização de uma disciplina escolar está imbricado na capacidade que determinados atores possuem de influenciar nas reformas e decretos educacionais, visto que é por meio do aparelho legislativo onde são discutidas as propostas de implantação das disciplinas escolares.

2. Algumas Considerações sobre a Sociologia na Educação Brasileira

A primeira proposta de implantação da sociologia no ensino brasileiro é mencionada por autores como Silva (2010), Meucci (2000), Machado (1987) e Moraes (2003) como sendo de Rui Barbosa ainda no século XIX.

(...) a partir de 1870, quando, num verdadeiro movimento de transformação do ideário de nossos intelectuais, ganha importância notável o pensamento científico, o conhecimento sociológico passou a despertar interesses. Esboça-se, nesta época, pela primeira vez, a tentativa de discutir, de modo mais ou menos sistemático, o desenvolvimento da sociologia entre nós. Com efeito, nesta década, fora apresentada, por Ruy Barbosa, a primeira proposta formal de institucionalização da sociologia no meio acadêmico brasileiro. (MEUCCI, 2000, p. 21).

A sugestão do então deputado Rui Barbosa foi inédita no Brasil, e em seus projetos de lei para a reforma de ensino propunha as disciplinas: "Elementos de sociologia e direito constitucional", para a escola secundária, "Instrução moral e cívica. Sociologia, abrangendo as noções fundamentais de direito pátrio e economia política", para as escolas normais e "Sociologia" para as faculdades de Direito.

Assim a disciplina para Rui Barbosa deveria estar presente nas três modalidades de ensino, compostas pelo Ensino Normal, Secundário e Superior representado pelas Faculdades de Direito (MACHADO, 1987, p. 117). Esta proposta surge quase que paralelamente a divulgação da obra de August Comte⁵ na França, o que leva pensar a receptividade das ideias europeias no contexto sócio-político da época. Neste sentido Florestan Fernandes em seu livro "A Sociologia no Brasil" destaca a interdependência do pensamento brasileiro com o europeu.

A sociologia foi recebida, no Brasil, como "novidade" intelectual, simultaneamente à sua criação na sociedade europeia. Faz parte do processo da vida literária de povos culturalmente muito dependentes manter um intercâmbio excitado com os centros estrangeiros de produção intelectual. As "novidades" assinaláveis tornam-se rapidamente conhecidas, ainda que não fossem reelaboradas de uma forma autônoma. O destino do saber acumulado, desse modo, se regulava pelos padrões de vida literária que faziam dele, estritamente, uma forma de ilustração e um meio de alcançar notoriedade em círculos letrados (FERNANDES, 1980, p. 26).

Deste modo, os intelectuais brasileiros estavam mais voltados a importar as teorias ultramarinas do que realmente preocupados em elaborar uma corrente teórica própria que buscasse explicar a realidade social da época. Tais ideias circulavam em maior medida nos espaços letrados, em parte por aqueles que detinham o poder econômico e político no país, com interesses de enviarem seus filhos às universidades europeias, principalmente para a Universidade de Coimbra, que conforme Tobias (1972, p. 174) era a preferida dos brasileiros.

⁵ Nos Referimos a uma de suas principais obras é o "Curso de Filosofia Positiva", em seis volumes, publicados a partir de 1830. (TAMBARA, 2005, p. 166).

Apesar da tentativa de Rui Barbosa de implantar a sociologia nos cursos secundários, normais e nas faculdades de Direito, seus pareceres não conseguiram ser aprovados e nem discutidos no Parlamento (MACHADO, 1987, p.117). Dentro deste cenário as propostas de implantação da disciplina não encontraram base de apoio para se desenvolver. No entanto, o interesse de que tais estudos se instaurassem na educação brasileira persiste, tanto é que alguns anos após os Pareceres de Rui Barbosa, a disciplina volta ao cenário com Benjamin Constant e sua reforma de ensino.

É em 1890 que Benjamin Constant, então Ministro da Guerra, instituiu o ensino de Sociologia e Moral nas Escolas do Exército conforme Decreto n. 330, de 12 de abril de 1890 (MACHADO, 1987, p. 117). Logo após, no cargo de Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos empreendeu a Reforma que leva seu nome, incluindo a sociologia no ensino secundário (constituído então, do curso ginasial), essa reforma estabelecia um curso de sete anos para o Ginásio Nacional (Colégio Pedro II) - que era padrão para os demais ginásios do país - e incluía no segundo semestre do seu sétimo ano a disciplina "Sociologia e Moral" (Dec. n. 981, de 08 de novembro de 1890). Para a escola normal a sociologia passou a constar na quinta série. Em relação ao ensino superior, consta a disciplina "Sociologia e Noções de Moral Teórica e Prática" no currículo da Escola Politécnica e no da Escola de Minas, de Ouro Preto, no entanto a disciplina não consta no currículo das faculdades de Direito, nem no das faculdades de Medicina. Entretanto, apesar do ensino da disciplina ser obrigatório no período que vai até 1897 a reforma não se efetivou sendo modificada a partir daquele ano. Nessa nova regulamentação a sociologia desaparece dos currículos do Ginásio e do Ensino Secundário. (SILVA, 2010, p. 20; MEUCCI, 2000, p. 10; MACHADO, 1987, p. 2).

Embora os Pareceres de Rui Barbosa e a Reforma de Benjamin Constant não terem alcançado êxito na inserção da disciplina na educação brasileira, possivelmente conferiram-lhe por mais breve que fosse uma visibilidade no campo político-educacional do país. Apesar do fracasso de incluir a sociologia no currículo escolar se inicia, porém, um processo de escrita sociológica por parte de alguns intelectuais brasileiros, em que retratam questões pertinentes a um país "jovem" e repleto de temas e problemas a serem investigados (CIGALES; ARRIADA, 2013).

Euclides da Cunha, escritor e jornalista, pode ser considerado também sociólogo pioneiro no Brasil devido a sua ilustre obra, "Os sertões", publicado em 1902⁶. Ao descrever o conflito no sertão da Bahia que ficou conhecido como a Guerra de Canudos, Euclides expõem em uma linguagem extremamente rebuscada as características do povo sertanejo, do cenário geográfico em que vivem e

⁶ CUNHA, E. Os sertões. São Paulo: Três, 1984.

da luta que empreenderam contra as tropas do governo enviadas para destruir Canudos, cidade construída no interior do sertão tendo por líder Antônio Conselheiro.

Para Florestan Fernandes (1980, p. 35) “esta obra se situa como o primeiro ensaio de descrição sociográfica e de interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no Brasil”. Apesar da ausência da intenção sociológica, “Os sertões” é um marco, pois divide o desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil. Daí em diante o pensamento sociológico pode ser considerado como uma técnica de consciência e de explicação do mundo, inserida no sistema sócio-cultural brasileiro.

No início do século XX a sociologia ganha destaque na produção de manuais voltados aos cursos jurídicos. Foram escritos quatro compêndios para as Faculdades de Direito, o primeiro em 1900, de Paulo Egydio de Oliveira Carvalho, com o título de Sociologia Criminal; os dois seguintes em 1906, de Luciano Pereira da Silva, Estudos de Sociologia Criminal e J. Mendes Martins, Sociologia Criminal: Estudos, e o quarto em 1926, Introdução a Sociologia Geral de Pontes de Miranda. (MEUCCI, 2000, p. 132).

Além disso, com a Reforma de ensino de João Luis Alves-Rocha Vaz de 1925, a sociologia é implantada no 6º ano do curso secundário, aos interessados em obter o título de bacharel em Ciências e Letras. Sendo dispensados a partir do 5º ano aos alunos que desejavam prestar vestibular de ingresso aos cursos superiores. Como podemos observar no artigo 47 e 56 do Decreto N° 16.782A - de 13 de janeiro daquele ano.

Art. 47 – O ensino secundário, como prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do país, compreenderá um conjunto de estudos com a duração de seis anos, pela forma seguinte:

[...]

6º ano

1) – Literatura Brasileira; 2) – Literatura das Línguas Latinas; 3) – Latim; 4) – Filosofia; 5) – Sociologia.

[...]

Art. 54 – O certificado de aprovação final no 5º ano do curso secundário é condição indispensável para admissão a exame vestibular para matrícula em qualquer curso superior, suprimidos os exames parcelados de preparatórios.

Sobre a reforma de 1925, Neto (1988) assinala que,

Essa reforma tem caráter mais ideológico que educacional. [...]. No secundário será acrescido de noções positivas dos deveres do cidadão na família, na escola, na pátria e em todas as manifestações do sentimento de solidariedade humana, comemorações das grandes datas nacionais, dos grandes vultos representativos das nossas fases históricas e dos que influíram decisivamente no progresso humano. (NETO, 1988, p. 297).

Em sentido geral a referida reforma fixou à supressão dos exames das escolas particulares a exigência do curso secundário regular e seriado, sem o qual não se podia ser admitido no ensino superior, criou a fiscalização nos estabelecimentos de ensino particulares e também criou o Departamento Nacional de Ensino. (*Idem*, 1988, p. 298).

Na transição dos anos 1920 para 1930, desenvolve-se um cenário propício para a institucionalização da sociologia no Brasil. Alguns acontecimentos se destacam, como a Introdução da cadeira de sociologia nas escolas normais de Pernambuco (1928), Rio de Janeiro (1928), São Paulo (1933), e a criação dos cursos de Ciências Sociais nas Escolas Livres de Sociologia e Política, na USP (1933) na Universidade do Distrito Federal (1935) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938). (MEUCCI, 2007, p. 32).

No entanto, através das reformas educacionais iniciadas por Gustavo Capanema em 1942, no governo de Getúlio Vargas, a disciplina de sociologia sai da obrigatoriedade do currículo secundário e complementar, permanecendo na escola normal a partir de 1946 com o Decreto-Lei n. 8.530. Este Decreto instituiu a Lei Orgânica do Ensino Normal, nacionalizando, ou seja, centralizando o que antes era da esfera dos governos estaduais, onde a Sociologia Geral passa a constar na grade curricular da Escola Normal como opcional e a Sociologia Educacional continua com caráter obrigatório, como apresenta a própria legislação (CARDOSO; TAMBARA, 2010, p. 122).

Art. 8º - O curso de formação de professores primários se fará em três séries anuais, compreendendo, pelo menos, as seguintes disciplinas:

[...]

Terceira série: 1) Psicologia educacional. 2) Sociologia Educacional. 3) História e filosofia da educação. 4) Higiene e puericultura. 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto. 8) Prática do ensino. 9) Educação física, recreação e jogos.

[...]

Art. 9º - Será também permitido o funcionamento do curso de que trata o artigo anterior, em dois anos de estudo intensivos, com as seguintes disciplinas, no mínimo:

[...]

Segunda série: 1) Psicologia educacional. 2) Fundamentos sociais da educação. 3) Puericultura e educação sanitária. 4) Metodologia do ensino primário. 5) Prática de ensino. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto. 8) Educação física, recreação e jogos.

As reformas de Capanema são importantes para entendermos o processo de (des) continuidade em que a sociologia como disciplina escolar passa a ter nos currículos educacionais, pois ao reforma desobriga a disciplina no currículo secundário em 1942, incluindo-a na formação dos professores do curso normal quatro anos depois em 1946.

Moraes (2003) aborda resumidamente o rumo tomado pela disciplina de sociologia na educação brasileira a partir de então.

[...] 1942-1961, vigência da Reforma Capanema, a sociologia é excluída do currículo, não aparecendo como obrigatória nem no curso clássico nem no científico, segmentos alternativos que constituíam o colegial, segunda parte do ensino secundário; a sociologia aparecia no curso normal como sociologia educacional; 1961-1971, com a Lei nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), a disciplina passa a figurar como componente optativo no curso colegial, entre uma centena de outras disciplinas, humanísticas, científicas ou técnico-profissionalizantes; também podia ser de caráter geral ou específico (sociologia de...); 1971-1982, a disciplina, embora optativa, apresenta dificuldade para ser incluída, por conta do preconceito reinante em que se confundia sociologia com socialismo (Barbosa e Mendonça, 2002), e mesmo pela quase “substituição” do possível caráter crítico de sua abordagem das questões sociais e políticas nacionais pelo tom ufanista e conservador da disciplina obrigatória Organização Social e Política Brasileira (OSPB); 1982, a Lei nº 7.044/82 veio revogar a profissionalização compulsória que marcava o segundo grau desde a Lei nº 5.692/71 editada pelos governos militares. (MORAES, 2003, p. 7).

Em âmbito nacional a sociologia voltará à tona somente em 1996 com a promulgação da nova LDB, que no artigo 36, parágrafo 1º, inciso III, estabelece que: “ao final do ensino médio o educando demonstre: domínio de conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Apesar de outros estados anteriores a esta lei, já terem apresentado propostas de implantação da disciplina, como é o caso de São Paulo e Paraná (MORAES, 2003; TOMAZI *et al*, 2001).

Porém a orientação da LDB, não foi suficiente para garantir o espaço da disciplina na educação básica. “Com a possibilidade de retorno das Ciências Sociais no corpo de uma disciplina obrigatória no Ensino Médio, o deputado Padre Roque (PT/PR) apresentou um projeto de emenda à LDB (PCL 09 de 2000) que previa a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio” (SARANDY, 2004, p. 119). Contudo, apesar da aprovação do projeto pelo Congresso Nacional, o veto do Presidente Fernando Henrique Cardoso impede à implantação da disciplina. Conforme Sarandy (2004), uma das justificativas para a não implantação da disciplina, estaria ligado a relação dos conteúdos desta, em matérias de outras disciplinas que poderiam ser ministradas em conteúdos transversais, ou seja, não necessitaria a criação da disciplina, outro fator alegado pelo presidente, era de que no Brasil não haveria profissionais suficientes para lecionarem a disciplina de sociologia na educação básica.

O veto do presidente Fernando Henrique gerou uma série de discussões entre os sindicatos que representavam a categoria dos sociólogos e professores de sociologia. Carvalho (2004) relata as diversas reuniões e assembleias que ocorreram em favor da obrigatoriedade da disciplina na educação desse período.

No dia 02 de junho de 2008, a Lei n.º 11.684 representou um ganho para todos que estiveram envolvidos no movimento para a volta da disciplina na educação básica, pois foi através

dessa Lei, que a disciplina constou como obrigatória no currículo educacional, encerrando assim, mais de um século de reformas, leis, pareceres e debates sobre a importância de seu ensino na escola brasileira.

No entanto, muitas questões ainda necessitam ser discutidas e aperfeiçoadas, no sentido de qualificar o ensino da disciplina. Se antes a luta era para a implantação da sociologia na educação básica, hoje a problemática se volta para a formação dos professores, dos livros didáticos, dos conteúdos pertinentes e das metodologias de ensino. Nesse sentido se vem realizando diversos encontros, congressos e eventos que auxiliem à reflexão de tais problemáticas da inserção da disciplina na educação brasileira.

3. A SOCIOLOGIA EM MEIO A CONCEPÇÃO CATÓLICA E RENOVADORA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Com a reforma de Francisco Campos, em 1931, a sociologia passou a compor o quadro de matérias dos cursos complementares que constituíam um período adicional destinado aos estudantes que ensejavam o ingresso no ensino superior. A partir de então há um crescimento na produção de livros e manuais voltados aos estudos sociológicos. Simone Meucci (2000; 2001; 2007), aborda em sua dissertação de mestrado e posteriormente em artigos, a vasta produção de manuais e compêndios produzidos entre as décadas de 30 e 40 do século passado. Entre os autores abordados pela pesquisadora, apenas dois tiveram formação mais ou menos sistemática em ciências sociais. “Donald Pierson, norte-americano que chegou ao Brasil com missão acadêmica na Escola Livre de Sociologia e Política; e Gilberto Freyre, pernambucano que concluiu estudos de graduação e pós-graduação nos Estados Unidos na década de 20” (MEUCCI, 2007, p. 39- 40). Os demais autores eram advindos das faculdades de direito, medicina, instituições militares e da igreja católica, como observa Meucci. Além disso, era relativamente heterogênea a perspectiva teórico-ideológica de tais autores.

Encontramos, pois, entre eles, integralistas, católicos conservadores e reformistas educacionais da Escola Nova. Porém representavam apenas parcialmente o gradiente ideológico das disputas políticas do período, pois há a ausência eloquente de representantes de um grupo importante nos embates da época: os socialistas e comunistas. (*idem*, p. 41).

Uma das vertentes teóricas que influenciaram os autores dos primeiros manuais de sociologia no Brasil “era de origem francesa representada por pensadores conservadores católicos como Le Play e, principalmente Jacques Maritain” (*idem*, 2001, p. 126). Alceu Amoroso Lima, Francisca Peters, Guilherme Boing, Amaral Fontoura e Severino Sombra estão, conforme a autora, entre os

organizadores que difundiam entre nós a chamada “sociologia cristã”. Para esses autores a sociologia era compreendida “[...] como uma área de conhecimento que se dedicava, por um lado, à investigação da vida social e, por outro, à instituição de padrões de conduta cristãos adequados à conservação do equilíbrio social” (MEUCCI, 2001, p. 126).

Um dos líderes desse movimento, Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, escreve em seu livro, “Preparação à Sociologia” o seguinte:

A concepção cristã de sociologia, portanto, tendo uma base científica tão sólida quanto às demais (na melhor das hipóteses para estas), tendo a mesma nobreza de intenção temporal, que é o progresso social [...], excede, entretanto, de muito, a todas as demais no âmbito da sua concepção filosófica, que vence o unilateralismo que só vê uma face da realidade, e restaura a verdade em toda a sua plenitude. Eis porque motivo não hesito em proclamar que a sociologia cristã é a mais elevada, a mais científica e a mais completa das concepções sociológicas (ATHAYDE, 1942, p. 31).

Tal concepção sociológica se contrapõe às ideias educacionais apregoadas pelos intelectuais ligados ao movimento da Escola Nova. Conforme Cury (1987), no campo educacional, apesar dos debates pedagógicos antecederem a Revolução de Trinta, eles só adquirem contornos nítidos de propostas quando se aproxima a oportunidade de, através da elaboração da constituição de 1934, os diversos grupos envolvidos nestes debates concretizarem constitucionalmente a consagração de suas ideias.

Estes grupos são solicitados a oferecerem sugestões para o capítulo sobre educação da Constituição que estava sendo elaborada. Segmentos da classe dominante, tais grupos entram em choque, já que pretendem ver consagrada sua proposta, de modo integral, na futura Constituição. Ao delimitar o âmbito do problema em estudo deseja-se fixar as versões ideológicas destes segmentos e o reconhecimento e fixação da postura do Estado, neste período de 1930-1934 (CURY, 1987, p. 11).

Um dos momentos mais intensos no debate entre essas duas correntes foi incitado pela publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, documento redigido por Fernando de Azevedo, tinha entre seus objetivos despertar a atenção para o descaso da educação no Brasil, já no início ressalta “na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação” (MANIFESTO, 1932).

Jamil Cury (1987) analisando o pensamento dos Renovadores entendia que estes concebiam a educação como um processo ligado às mudanças do mundo moderno. As novas formas políticas, o progresso das ciências biológicas e psicológicas e o avanço científico-tecnológico determinaram um novo molde de ver o mundo, e, portanto, a educação deveria estar a par dessa nova mentalidade. Um

dos vários argumentos utilizados pelos Renovadores era de que “o mal, até nossos dias, havia sido explicado como um produto da natureza humana intrinsicamente corrompida. Tal explicação se justificava pela insuficiência de teorias e pelo desaparecimento técnico das observações” (CURY, 1987, p. 77).

Os signatários do Manifesto foram, além de Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Júlio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes.

O impacto gerado pela divulgação do “Manifesto”, em março de 1932, provocou o rompimento entre o grupo dos renovadores e o grupo católico que decidiu retirar-se da ABE⁷, o que foi formalizado na reunião do Conselho Diretor de 12 de dezembro de 1932, pouco antes, portanto, do início da V Conferência Nacional de Educação que se realizou entre 26 de dezembro de 1932 e 8 de janeiro de 1933, em Niterói. (SAVIANI, 2010, p. 256)

Tais disputas ideológicas tiveram reflexo na educação, e conseqüentemente na disciplina de sociologia, tanto nos compêndios e manuais quanto nos programas e conteúdos. No entanto, ainda são raros os trabalhos que visam aprofundar a discussão sobre o assunto. Cassab (2010), ao pesquisar as revistas com conceito A e B na CAPES⁸, identificou a pouca repercussão do tema nos periódicos. Sendo que apenas um tratava sobre a disciplina de sociologia, representando, portanto, um⁹ campo de pesquisa promissor tanto para os historiadores quanto para os sociólogos que desejam aprofundar o tema da história da disciplina no Brasil.

Diante das inúmeras incongruências que sofreu a disciplina de sociologia na educação brasileira, podemos considerar que o processo de institucionalização de uma disciplina escolar é

⁷ Associação Brasileira de Educação surgiu em outubro de 1924 por iniciativa de 13 intelectuais cariocas. Embora na origem o grupo tivesse a intenção de organizar um “partido do ensino”, a ABE firmou-se como órgão apolítico, destinado a congregar todos os interessados na causa da educação, independentemente de doutrinas filosóficas ou religiosas ou de posições políticas. (SAVIANI, 2010, p. 229)

⁸ “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.” Disponível em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em 27 de março de 2013.

⁹ Trata-se do artigo intitulado “Aspectos históricos da cadeira de sociologia nos estudos secundários (1892-1925).” Autoria de Eva Maria Alves e Patrícia Costa, publicado pela Revista Brasileira de História da Educação. Disponível em <<http://www.rbhe.sbhe.org.br>>.

caracterizado pela interferência de diversos fatores, assim, Estado, partidos políticos, deputados, associações docentes, professores e alunos, entre outros são agentes que integram esse processo. (BITTENCOURT, 2003).

Houve, todavia não somente no caso da disciplina de sociologia, mas em toda a educação uma ideia, principalmente nas primeiras décadas do século XX no Brasil, de que os problemas do país se resolveriam por meio da escolarização do povo. O “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico” descritos por Nagle (2001) tomou conta dos intelectuais, políticos e educadores no Brasil, o primeiro referente à expansão das escolas e o segundo caracterizado pela melhoria das condições didáticas, fez com que diversos grupos investissem nessa empreitada.

Assim instituições sociais, como a igreja católica e a maçonaria se dedicaram a criação de escolas, fazendo com que o Estado viesse a tomar parte, seja na fiscalização ou regulação de tais instituições. Algumas escolas criadas por tais grupos tiveram que ser transferidas para o poder público, devido à incapacidade de manutenção da instituição e pagamento de despesas como aluguel de imóvel e salário de professores e funcionários. Caso semelhante pode ser visualizado no caso do Colégio Pelotense, localizado no Rio Grande do Sul, conforme analisado por Giana Lange do Amaral em sua dissertação de mestrado¹⁰.

Com o fim da República Velha em 1930 e a criação da Assembleia Nacional Constituinte, que organizaria as bases para a criação da nova Constituição, os grupos mais fortes com maior “capital social,” “econômico” e “cultural” conseguem colocar suas pautas e reivindicações no campo educacional. Pode-se considerar que a disciplina de sociologia fez parte deste cenário de euforia e disputa em torno da legitimação de espaços e ideias. Primeiro, porque se constituía como uma disciplina explicativa, e, portanto, os intelectuais ligados a cada um dos grupos, pensavam que seria possível através dela encontrar a solução dos problemas sociais, econômicos e culturais. Segundo porque a sociologia era uma ciência que não possuía forma definida no campo científico, o que facilitava sua vinculação a qualquer ideal ou cosmovisão de mundo. Assim tanto católicos quanto reformadores possuíam autoridade na explicação dos problemas baseados na “*sciencia sociológica*”.

Também podemos considerar que a trajetória da disciplina de sociologia no Brasil sofreu com a ausência de modelos, visto a juventude da disciplina; carência de um aparelho burocrático estatal que fornecesse as bases para a implantação da disciplina e com a falta de legitimidade, pois diferentemente de outras disciplinas, a sociologia quase sempre ocupou um espaço menor no currículo educacional (CIGALES e ARRIADA, 2013).

¹⁰ Sobre o assunto consultar: AMARAL, Giana Lange. *Gymnasio Pelotense e a Maçonaria; uma face da história da educação em Pelotas*. 1. ed. Pelotas: Seiva publicações, 1999.

4. Considerações Finais

Pode-se a partir do exposto levantar algumas considerações às quais não pretendem encerrar o assunto, mas antes, servir de base para questionamentos e inquietações a fim de auxiliar em pesquisas futuras.

A sociologia enquanto disciplina escolar no Brasil esteve caracterizada pela ausência e presença no currículo educacional do país. Isso se deve ao fato das disciplinas estarem orientadas por meio da legislação, sendo esta que determinaria quais disciplinas deveriam constar na grade curricular de cada modalidade de ensino. No entanto, esta trajetória foi heterogênea, diferenciando-se em dois sentidos, o primeiro refere-se ao poder dos Estados, que em certos momentos tiveram a oportunidade de incluírem disciplinas as quais acreditavam necessárias.

Como exemplo disso o Estado do Rio Grande do Sul implantou uma Lei em 1989 que obrigava o ensino da disciplina, porém “por problemas que até hoje não possuem nenhuma explicação, essa lei sulista acabou virando ‘letra morta’, pois não foi seguida pela Secretaria da Educação do Estado” (CARVALHO, 2004, p. 21). De outro lado, ocorreram várias incongruências em relação à obrigatoriedade da disciplina nas diferentes modalidades de ensino na educação brasileira. Sendo assim, em alguns momentos em que a disciplina deixou de fazer parte do ensino secundário/médio, permaneceu nas Escolas Normais e nas Faculdades de Ciências Sociais/Sociologia.

Em relação ao nível secundário/médio é perceptível o esforço dos pesquisadores em buscar preencher as lacunas da história do ensino da disciplina no país. As dissertações de Meucci (2000), Soares (2009) e Guelfi (2001) apontam nessa direção.

Em relação ao ensino superior, tem-se uma série de estudos sobre a institucionalização da disciplina, que se inicia a partir da criação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), da Escola de Filosofia Ciências e Letras (1934) em São Paulo e da Escola de Sociologia (1935) na Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro.

Porém, é na modalidade do Ensino Normal (Escola de Formação de Professores) que ainda são poucas as pesquisas sobre a inserção e trajetória da disciplina, que ocorre, conforme Santos (2004, p. 173) a partir de 1928, nas Escolas Normais de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Em relação a esta modalidade de ensino há somente uma dissertação de Mestrado, que busca compreender a sociologia na formação das normalistas nas décadas de 1920 e 1930 (PEREZ, 2002).

Visto que nem todos os saberes estão imbricados nas disciplinas escolares, conforme Chervel (1991, p. 73), o ensino explícito só constitui uma parte da educação escolar, a outra parte, a

implícita, a que não se deixa ver tão facilmente, é a que instiga os pesquisadores ligados a HDE. Neste caso, não basta somente descrever a trajetória histórica da disciplina na educação, mas sim buscar no fundo, ou seja, no interior das Instituições Escolares, pesquisando seus arquivos históricos, seus boletins escolares, planos de ensino, livros didáticos, corpo docente, etc., com o intuito de desvelar os estímulos e objetivos que moviam a disciplina no interior da instituição escolar.

Dessa forma a HDE pode vir a contribuir para a história da educação e para a própria sociologia, na medida em que poderia também colaborar no desenvolvimento daquilo que C. W. Mills chamou de “imaginação sociológica”, ou seja, a possibilidade de relacionar o campo específico em que a disciplina foi ministrada, neste caso através de pesquisas dentro dos arquivos escolares, com o cenário mais amplo (Reformas, Decretos, Leis, etc) buscando compreender as ligações entre esses dois ambientes e principalmente as influências do cenário geral sobre o específico.

5. BIBLIOGRAFIA

ATHAYDE, Tristão de. *Preparação à Sociologia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1942.

AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de Sociologia; pequena introdução ao estudo de sociologia geral*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1964.

_____. *Sociologia Educacional; Introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais*. 5ª edição. Rio de Janeiro; Melhoramentos, 1958.

_____. *História de minha vida*. Rio: Livraria José Olympio Editora, 1971.

_____. *A Cultura Brasileira; Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

BITTENCOURT, C. M. F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. A. T. de; RANZI, S. M. F. (Orgs). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BRASIL. *Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931*. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

_____. *Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946*. Lei Orgânica do Ensino Normal.

_____. *Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942*. Lei Orgânica do Ensino Secundário.

BRASIL/MEC. *Lei de Diretrizes e Bases 9394/96*. Brasília, DISTRITO FEDERAL, 1996.

CARSOSO, Sérgio Ricardo Pereira; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. A Formação Docente “Não-Formal” em Pelotas: A Contribuição da Associação-Sul Rio Grandense de Professores. *In: TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice. (Orgs). Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul*. V.4. Pelotas: Editora UFPel, p. 99-137. 2010.

CASSAB, Mariana. A Produção em história das disciplinas escolares pela escrita de pesquisadores brasileiros. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº23, p. 225-251. Mai/ago, 2010.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; ARRIADA, Eduardo. Algumas considerações sobre o ensino da sociologia na educação brasileira 1882-1942. *Revista Perspectivas Sociais*, nº 1, p. 86-100, 2013. Disponível em <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/percsoc/article/view/2139>> Acesso em 10 de maio de 2013.

CARVALHO, Leujene Mato Grosso de. (Org). *Sociologia e Ensino em Debate: Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil; contribuições para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1980.

FILHO, Alberto Venâncio. Fernando de Azevedo: um humanista na educação. *Revista da Faculdade de Educação*, USP. São Paulo. v, 20. n. 1/2 Jan – dez. Volume Especial, p. 30-51. 1994.

FORQUIN, J.C. As abordagens sociológicas do currículo: orientações teóricas e perspectivas de pesquisa. *Educação e realidade*, nº 21, p. 187-198. Porto Alegre, UFRGS, 1996.

_____. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria e Educação*, nº 5, Porto Alegre: Pannônica, 1992, p. 28-49.

_____. *Escola e cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, 2001.

JUNIOR, M. S.; GALVÃO, A. M. O. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, 2005.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. *In: Iniciação a prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MACHADO, Celso de Souza (1987). O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. *In: Revista da Faculdade de Educação*. Vol. 13, n.º 1, p.115-142. 1987.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). *Revista HISTDBR On-line*, Campinas, nº especial, p. 188-204, ago, 2006.

MEUCCI, Simone. *A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas-SP: IFCH-UNICAMP, 2000.

_____. *Os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil*. Estudos de Sociologia. São Paulo. v.6, n.10, p. 121-157, 2001.

_____. Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: Primeiros Manuais Didáticos, seus autores, suas expectativas. *Mediações*, Londrina, v.12, n.1, p. 31-66, jan/jun. 2007.

MORAES, A. C. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo - SP, v. 15, n. 1, p. 05-20, 2003.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2ª ed. DP&A editora: Rio de Janeiro, 2001.

NETO, N. *Filosofia da Educação*. Editora Melhoramento: São Paulo, 1988.

RANZI, Serlei Maria Fischer; FUCKNER, Cleusa Maria. A disciplina escolar de história no ensino médio no Paraná: uma proposta de análise. *In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio de; RANZI, Serlei Maria Fischer (Orgs). História das disciplinas escolares no Brasil: Contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 339-366.

SANTOS, Mário Bispo dos. A Sociologia no contexto das Reformas do Ensino Médio. *In: CARVALHO, Leujene Mato Grosso de. (Org). Sociologia e Ensino em Debate: Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio.* Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. Reflexões acerca do sentido da sociologia no ensino médio. *In: CARVALHO, Leujene Mato Grosso de. (Org) Sociologia e Ensino em Debate: Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio.* Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947). *In: História das ideias pedagógicas no Brasil.* Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SILVA, Graziella Moraes Dias da Silva. *Sociologia da Sociologia da Educação: Caminhos e Desafios de uma Policy Science no Brasil (1920-1979).* Bragança Paulista: EDUSP, 2002.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. *In: Coleção Explorando o Ensino.* Volume. 15 Coordenação Amaury César Moraes Brasília: Ministério da Educação: Brasília, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O que produz e o que reproduz em educação; ensaios de sociologia da educação.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SOARES, Jefferson da Costa. A identidade Profissional dos Primeiros Professores de Sociologia do Colégio Pedro II. *In: 3ª Encontro Estadual de Ensino de Sociologia.* Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

TAMBARA, Elomar. Educação e Positivismo no Brasil [166-178]. *In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) Histórias e memórias da educação no Brasil.* Vol II: século XIX. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. *A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo.* 1991. Universidade do Rio Grande do Sul. (tese de doutorado). Porto Alegre, novembro de 1991.

_____. *Introdução à história da educação do Rio Grande do Sul.* Pelotas: Editora Universitária, 2000.

TOBIAS, José Antonio. *História da educação brasileira*. São Paulo: Ave Maria, 1972.

TOMAZI, N. D. ; COLOGNESE, S. A. ; SANTOS, C. A. ; PASTOR, C. A. P. . A institucionalização da sociologia no ensino superior paranaense. *Revista Mediações* (UEL), Londrina-PR, v. 6, n.2, p. 227-245, 2001.

VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. Trad. Maria Fernandes Braga. *Revista Brasileira História da Educação*, n. 18, p. 173-215, 2008.